

CARTA DO FÓRUM DO PT AMAZÔNIA NA COP 30

Belém, 13 de Novembro de 2025.

Às vésperas da COP30, em Belém, no coração da floresta de maior sociobiodiversidade do planeta, o Brasil atingiu a terceira menor taxa de desmatamento na Amazônia desde 1988, com 5.796 km². Entre 2015 e 2021, o desmatamento havia mais que dobrado — alcançando 13.038 km² —, sendo reduzido de forma contínua desde então. Os anos com melhores resultados — 2012, 2014 e agora 2024 — têm um ponto em comum: a liderança do Partido dos Trabalhadores à frente do Executivo Federal, conduzindo políticas ambientais robustas e participativas. Nos últimos dois anos, o governo federal tem reconstruído a capacidade de gestão ambiental do Estado brasileiro. O IBAMA, o ICMBio e a Funai voltam a ser fortalecidos com concursos públicos e ampliação de equipes. Essa recomposição permitiu atingir o menor índice de desmatamento em áreas preservadas em 17 anos e realizar ações de proteção humanitária, como a desintrusão da Terra Indígena Yanomami.

O projeto de desenvolvimento sustentável do Partido dos Trabalhadores redefine o próprio conceito de crescimento econômico, atribuindo mais valor à floresta em pé do que à sua derrubada. O eixo de Cidades Sustentáveis e Resilientes do Novo PAC mobiliza R\$ 531 bilhões para urbanização, saneamento, mobilidade e prevenção de desastres. A Nova Indústria Brasil já destinou mais de R\$ 220 bilhões à reindustrialização verde e tecnológica.

O acúmulo de debates e reflexões obtidos no Fórum do PT da Amazônia realizado ao longo de 30 anos reforçam o resgate de grandes temas e eixos que mesmo nos dias atuais são urgentes. A Amazônia está no centro das discussões mundiais, e não poderia ser diferente para o Partido que governa o Brasil.

1. O protagonismo dos povos e comunidades tradicionais

O desenvolvimento sustentável não se realiza sem o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, assentados e agricultores familiares. Esses povos, verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade, apresentaram à COP30 um conjunto de reivindicações estratégicas que o PT reconhece como essenciais à consolidação de uma transição ecológica justa. São elas:

- Demarcação e titulação de terras como prioridade climática e base da proteção dos biomas;
- Financiamento direto e governança comunitária sobre fundos ambientais, garantindo autonomia e transparência;

- Valorização das economias da sociobiodiversidade, com apoio à agroecologia, ao extrativismo, ao turismo comunitário e às artes tradicionais;
- Participação efetiva nas decisões climáticas, com direito à consulta prévia, livre e informada (Convenção 169/OIT);
- Justiça climática e reparação histórica, enfrentando o racismo ambiental e reconhecendo o papel das mulheres e juventudes como sujeitos políticos da transformação.

O governo federal já deu passos concretos nessa direção, ao propor que 20% dos recursos do Fundo de Florestas Tropicais para Sempre sejam destinados diretamente aos povos e comunidades tradicionais — reconhecimento do valor de seus modos de vida e de sua contribuição à preservação dos ecossistemas.

2. Integração entre saberes, ciência e território

A transformação ecológica exige diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, tratados com equivalência e respeito. A Sociobioeconomia, pilar dessa integração, deve ser enraizada nas culturas locais — do manejo do pirarucu, do extrativismo do açaí e da castanha à produção de biocombustíveis, do artesanato ao turismo comunitário.

3. Governança e ordenamento territorial na Amazônia

Fortalecer os órgãos federais — como IBAMA, ICMBio, INCRA, FUNAI, Polícia Federal e ANA — é essencial para garantir a presença efetiva do Estado na Amazônia e assegurar a proteção de seus territórios e povos. Isso inclui avançar nas demarcações das terras indígenas, combater a grilagem e o garimpo ilegal, e derrubar o marco temporal, reconhecendo o protagonismo histórico dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos na conservação e proteção ambiental.

É igualmente necessário enfrentar a questão fundiária por meio de políticas de regularização, ordenamento territorial e aquisição de terras pelo Estado, reduzindo conflitos e fortalecendo a governança socioambiental. Por fim, o país deve implementar ações afirmativas e mecanismos permanentes de proteção a defensores ambientais e lideranças ameaçadas, garantindo segurança, direitos e reconhecimento a quem atua na defesa da floresta e de seus povos.

4. Planejamento responsável e transição justa

A Amazônia requer uma nova formulação de política energética que substitua os impactos de grandes empreendimentos como as hidrelétricas. Para tanto o PT recomenda que o Governo possibilite e fomente novos estudos e consultas locais sobre novas matrizes energéticas a serem adotadas no contexto amazônico.

O Partido dos Trabalhadores reafirma que nenhuma decisão de desenvolvimento pode ignorar os povos do território. Projetos como a exploração controlada de petróleo na Margem Equatorial ou a gestão dos minerais críticos devem ocorrer sob planejamento estratégico rigoroso. A exemplo da proposta de Lei do Senador Randolfe Rodrigues do Amapá e do relator Senador Beto Faro do Pará, o PT recomenda [destinar](#) a quinta parte das receitas governamentais provenientes do petróleo à União, com aplicação exclusiva no desenvolvimento de projetos voltados à preservação da Floresta Amazônica e à proteção das tradições e dos territórios dos povos originários. Essa medida garantirá a manutenção soberana da nossa floresta, e impulsionará o crescimento de uma sociobioeconomia, forte e sustentável e servirá para financiar a transição energética, melhoria dos serviços públicos e desenvolvimento econômico e tecnológico da região..

O PT suscita a importância de se reconhecer economicamente o papel de povos e comunidades tradicionais na prestação de serviços ambientais, assim como defender que toda e qualquer forma de exploração e uso dos recursos naturais dos territórios locais de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares devem condicionar sua exploração à destinação de parte dos recursos para o bem viver das populações locais.

5. Terras raras e soberania nacional

O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de terras raras, minerais estratégicos para a transição energética, para a indústria tecnológica e para a soberania nacional. Cabe ao país explorar esse recurso com inteligência, tecnologia e controle público, transformando-o em vetor de desenvolvimento, inovação e sustentabilidade — e não em mais um ciclo que aprofunde a dependência tecnológica externa.

O PT defende a criação do Cadastro Nacional de Terras Raras, sob coordenação do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, como instrumento essencial para garantir transparência, planejamento estratégico e proteção contra práticas predatórias ou controle estrangeiro irregular. Soma-se a isso a necessidade de instituir a Política Nacional de Minerais Críticos e o Conselho Nacional de Minerais Críticos, conforme proposto pelo presidente Lula, assegurando que a sociedade, especialistas e o poder público participem da formulação, proteção e gestão desses recursos, garantindo que sua exploração gere benefícios ao país e reforce sua soberania.

Defendemos, ainda, a criação do Fundo Nacional das Terras Raras, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, destinado a financiar ações de pesquisa, desenvolvimento, industrialização e sustentabilidade no setor. O Fundo deve apoiar estratégias de verticalização das cadeias produtivas dos minerais críticos, ampliando a transferência tecnológica, fortalecendo a produção

científica nacional e promovendo o desenvolvimento de tecnologias próprias — desde a extração até a fabricação de componentes de alto valor agregado.

6. Um desenvolvimento popular, territorial, democrático e soberano.

O Brasil que queremos é aquele que enraíza o progresso em sua diversidade. Nosso projeto de desenvolvimento sustentável é popular, territorial, democrático e soberano, enraizado nas comunidades que há séculos cuidam da floresta e da vida, integrando inovação tecnológica e a ciência como eixos estruturantes. É a partir dos nossos territórios e daqueles que aqui vivem é que diremos ao Brasil o tipo de desenvolvimento que queremos e que é possível.

7. A Amazônia Urbana é uma realidade

A Amazônia urbana é uma realidade e tem que estar integrada no plano de desenvolvimento sustentável para a região. Cerca de 78,47% da população amazônica reside em área urbana, em especial em áreas periféricas faveladas. A favelização dos centros urbanos da Amazônia é um tema pouco debatido e pensado na formulação das políticas públicas federais. Junto a favelização dos centros urbanos amazônicos vem o narcotráfico, violência e a vulnerabilização de nossas mulheres, crianças e adolescentes. É urgente a necessidade de se olhar e priorizar políticas públicas de saneamento básico, gestão de resíduos sólidos (lixões), transporte público, habitação, emprego e renda, economia solidária e segurança pública para essa grande parcela da população que migra dos interiores para os centros urbanos amazônicos.

8. Restauração florestal como indústria de geração de renda e inclusão

As imensas áreas degradadas do país representam uma nova e promissora oportunidade para a criação de um grande programa nacional de restauração florestal, concebido como indústria de geração de renda, inclusão social e recuperação ambiental. A proposta envolve a expansão de sistemas agroflorestais produtivos, integrando a recuperação de áreas degradadas à produção e ao turismo sustentáveis. Com essa estratégia, o governo do Brasil promoverá a formação de uma cadeia produtiva da restauração, capaz de gerar empregos verdes, incluir pessoas sem terra e populações vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. As iniciativas já existentes de transição agroecológica nos estados da Amazônia, desenvolvidas por mulheres e homens agricultores familiares, quilombolas, assim como a importância do Floresta Produtiva, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), são exemplos concretos de que produzir, restaurar e preservar a floresta, são opções reais de inclusão econômica. Essa política contribuirá para a reposição de áreas verdes em larga escala e para a captura de carbono atmosférico.

9. Destinação de 5% para a gestão ambiental nas gestões do PT e nas emendas parlamentares

Proposta vencedora da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, a destinação de 5% dos orçamentos públicos à gestão ambiental nas três esferas — federal, estadual e municipal um compromisso que o Partido dos Trabalhadores deve assumir de forma pioneira, através do governo federal, dos governos estaduais e municipais que administra, bem como por meio das emendas parlamentares de seus representantes. Essa medida estruturante garantirá o protagonismo do partido nas políticas de enfrentamento à mudança climática, assegurando recursos para a conservação ambiental.

10. Compromissos do PT com a política ambiental e na busca pela Justiça Climática

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso histórico com a defesa do meio ambiente, dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e da justiça climática como eixo estruturante do projeto nacional de desenvolvimento. Desde o primeiro governo Lula, o PT tem sido responsável pela criação e fortalecimento das principais políticas públicas ambientais do país, que hoje servem de referência internacional — entre elas o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), o Fundo Amazônia e o Fundo Clima. Ao longo de duas décadas, o partido tem atuado para transformar o enfrentamento da crise climática em oportunidade de justiça social, conectando políticas de transição energética, agricultura familiar, reforma agrária, saneamento e conservação ambiental. Essa integração garante que o meio ambiente não seja visto apenas como pauta técnica, mas como dimensão da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

No contexto da COP30, o PT reafirma que a luta contra a emergência climática deve ser conduzida de maneira solidária, popular e soberana, articulando o protagonismo dos povos dos territórios e o papel do Estado como indutor da transformação ecológica. A busca pela Justiça Climática implica reconhecer e reparar as desigualdades históricas, combater o racismo ambiental e garantir que as decisões sobre o futuro do planeta sejam tomadas com participação de quem mais protege a vida e as florestas. O Partido se compromete, portanto, a continuar fortalecendo as políticas ambientais, ampliando o financiamento público e comunitário, democratizando a governança climática e assegurando que o Brasil seja exemplo mundial de desenvolvimento com equidade e sustentabilidade.

11. A Amazônia é Resistência e o PT é nosso instrumento

O PT reafirma que a Amazônia é prioridade estratégica e que não haverá projeto nacional forte sem protagonismo político dos povos da floresta. É hora de reconstruir a presença do Partido no território com coragem, enfrentando interesses que historicamente tentam limitar nossa atuação e capturar a região

para projetos predatórios. Para tanto, o PT deve assumir o compromisso de promover uma ocupação qualificada nos espaços de governo, com gestores alinhados ao projeto partidário, à diversidade e às lutas sociais.

Reativaremos o Fórum do PT da Amazônia como espaço permanente de luta política, escuta e formulação, ao lado de quem sempre defendeu a floresta: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, juventudes, mulheres, sindicatos e movimentos sociais. É com eles — e não com elites predatórias — que o PT retoma sua força.

O Partido precisa voltar a ser enraizado, municipalizado e combativo. Diretórios vivos, setoriais atuantes e formação política permanente são condições para enfrentar o avanço do conservadorismo e da extrema direita na região. O lulismo precisa se transformar em petismo organizado, com militância presente nos territórios e preparada para disputar corações, mentes e votos.

Nossa tarefa imediata é construir uma estratégia eleitoral forte para 2026, elegendo parlamentares amazônidas e ampliando nossa voz no Congresso e nas Assembleias. Para isso, o PT adotará uma comunicação capaz de disputar consciências e mostrar, com dados e coragem, as entregas do governo Lula e os ataques da oposição ao povo e aos direitos territoriais.

Defender a Amazônia é defender a democracia, os povos originários e o futuro do país. O PT assume que não recuará diante do marco temporal, da grilagem, do garimpo ilegal ou da violência política. A floresta e seus povos são a linha de frente da luta por soberania — e o Partido dos Trabalhadores precisa estar ao lado deles, de pé e organizado.

Foi a luta de lideranças defensoras do meio ambiente que forjaram nossa consciência ambiental indissociável da consciência de classe. É com esse legado que o Partido dos Trabalhadores seguirá conduzindo a transformação ecológica e democrática do Brasil, consolidando o desenvolvimento sustentável como projeto de vida, de nação e de futuro, afastando o país, cada vez mais, do retrocesso representado pela extrema direita.

Assinam:

Filiados e Filiadas do PT presentes na COP 30